



Uma Matemática além da neutralidade: reflexões sobre Desigualdade Econômica e Racismo Estrutural

João Paulo Duarte Gonçalves¹
Natália Mayume Soares Moriya²

Resumo do trabalho: O presente artigo se constitui como um relato que apresenta reflexões e experiências desenvolvidas na disciplina de Práticas de Ensino II do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de problematizar a concepção de neutralidade atribuída ao ensino de Matemática e discutir possibilidades de inserção de temáticas sociais nesse campo. Partimos da compreensão de que a Matemática, historicamente concebida como neutra, universal e alheia a questões sociopolíticas, pode e deve constituir-se como instrumento de leitura crítica da realidade baseada em abordagens de desigualdade econômica e racismo estrutural na formação inicial de professores de Matemática.

Palavras-chave: Educação Matemática; Desigualdade Econômica; Racismo Estrutural.

Introdução

Tradicionalmente, o ensino de Matemática tem sido visto como um campo centrado na objetividade e neutralidade científica, frequentemente desvinculado das dimensões sociais, políticas e culturais que atravessam a realidade dos (as) estudantes. Essa perspectiva contribui para a prática pedagógica que privilegia conteúdos técnicos e fórmulas matemáticas, excluindo reflexões críticas sobre as desigualdades que estruturam a sociedade. No entanto, diferentes estudos no campo da Educação Matemática vêm problematizando essa produção de matemática considerada única e neutra. Porém, “a Matemática não é neutra, ela tenta ser feita como neutra por e para os homens” (Lima, Fragozo & Godoy, 2023, p. 151).

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, joao_duarte@ufms.br

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, natalia.mayume@ufms.br



Nesse contexto, emerge a necessidade de repensar o ensino de Matemática para além das fórmulas, algoritmos, teoremas e definições que fogem da realidade dos(as) estudantes, reconhecendo seu potencial como ferramenta para a problematização de questões relevantes, como desigualdade econômica, racismo estrutural e exclusão social. Este movimento implica uma tentativa de compreender a sala de aula de Matemática como espaço de formação crítica, no qual os conhecimentos matemáticos (números e fórmulas) também podem ser utilizados para interpretar, questionar e transformar realidades marcadas por desigualdades.

Diante dessa perspectiva, o presente trabalho apresenta reflexões e experiências desenvolvidas na disciplina de Práticas de Ensino II, ofertada para alunos do 2º semestre, com carga horária de 60 horas semestrais no curso de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Com isso, são analisadas práticas voltadas a algumas discussões de/com desigualdade econômica e relações étnico-raciais na formação inicial docente, destacando os desafios, tensionamentos e potencialidades de uma Educação Matemática crítica, antirracista e socialmente comprometida.

Discussões sobre desigualdade econômica na sala de aula de matemática: algumas possibilidades.

Quando pensamos em uma aula de matemática, o que é, primeiramente, remetido a nós? Fórmulas, exercícios, teoremas e definições ou questões outras que implicam nossa sociedade e estão explícitas dentro da sala, como, por exemplo, questões de raça e classe?

Durante alguns anos cursando uma licenciatura em matemática, nunca me ocorreu a possibilidade de tratar questões de desigualdade econômica em sala de aula. Será que temos espaço para temáticas sociais dentro da matemática? Essa



pergunta ecoou e me perturbou durante todo o período formativo. A desigualdade econômica se apresentou para mim como temática de pesquisa durante os anos finais da minha graduação, em que passamos por um período pandêmico, o que nos mostrou de forma escancarada que esse tipo de problemática afeta, de modo extremo, nossos modos e meios de estudo.

Este texto se constitui como uma tentativa de mostrar possibilidades de discutir questões que evidenciam a desigualdade econômica dentro da sala de aula de matemática.

Esse tipo de desigualdade, segundo Moriya (2024), que nos afeta e perpassa por nós de várias maneiras, todos os dias, inclusive dentro de uma sala de aula, parece ser algo esquecido e muitas vezes, quando evidente, escamoteado por nós, afinal, é mais fácil fingir que o problema não ocorre do que lutar contra ele. Em uma tentativa de produzir com a temática, mais especificamente em termos de impostos, preparamos uma apresentação/discussão para a disciplina Prática de Ensino II, em que discutimos, entre diversas coisas, questões sobre o imposto de renda e quem paga imposto no Brasil.

Essa discussão se mostrou muito produtiva, uma vez que os estudantes se envolveram bastante no debate. Entretanto, parece que o modo como funcionam os impostos não é algo muito claro para eles, uma vez que em quase todas as discussões, as falas eram direcionadas para a tabela do imposto de renda, deixando de lado os demais tipos de impostos que nos afetam diretamente, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incide em praticamente todos os produtos que adquirimos.

Além disso, quando exposto que, de acordo com a Agência Brasil (2025), “... no Brasil, 1% das pessoas mais ricas do país, que têm renda anual superior a R\$ 5,5 milhões, concentra 27,4% da renda nacional total. Os milionários pagam



20,6% de alíquotas de tributos, enquanto para o brasileiro de classe média, a alíquota cobrada gira em torno de 42,5%.”. Esse indicativo os espantou, como se o fato de que os super-ricos no Brasil, pagam pouco imposto, enquanto o restante da população arca com alíquotas extremas de impostos.

Portanto, questões de desigualdade econômica, que nos acompanham sempre, como a questão do imposto, do mérito, do trabalho, etc., precisam ser trabalhadas e evidenciadas dentro da sala de aula, de modo a mostrar e sensibilizar os estudantes quanto às diferenças econômicas e seus efeitos.

Quem some da matemática? Enfrentamentos que um professor de matemática tem ao “excluir os números”.

Quando questões raciais são abordadas em sala de aula, torna-se possível construir uma prática pedagógica antirracista, uma vez que o conceito de raça, sob a perspectiva social, dialoga diretamente com a desvalorização histórica das vidas negras (Carine, 2023, p. 44). Nesse sentido, faz-se necessário desconstruir a concepção reducionista de que a Matemática se restringe a cálculos, números e operações, ampliando seu ensino para abarcar também discussões sobre raça e classe social.

Entretanto, inserir tais debates no ensino de Matemática ainda constitui um desafio, pois persiste, de forma estrutural, a ideia de que a matemática é uma ciência neutra, universal e desprovida de implicações sociopolíticas. Todavia, essa suposta neutralidade vem sendo amplamente questionada por estudiosos da Educação Matemática Crítica, como Skovsmose (2001), ao argumentar que a Matemática está inserida em contextos históricos, culturais e políticos, não podendo ser compreendida como um conhecimento neutro ou universalmente imparcial.



Assim, ao romper com o currículo eurocêntrico tradicionalmente adotado nas escolas (currículo sustentado pelo discurso da universalidade e que invisibiliza as contribuições de matemáticos negros para o desenvolvimento da ciência) promove-se uma perspectiva mais crítica, inclusiva e socialmente comprometida do ensino da Matemática.

Essa mudança de perspectiva exige do(a) professor(a) um movimento intencional de ruptura com práticas pedagógicas tradicionais. Nesse contexto, durante a disciplina de Práticas de Ensino II, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ao serem discutidas questões raciais com os(as) acadêmicos(as), surgiram questionamentos sobre como transpor tais discussões para a sala de aula e sobre como a escola recebe esse tipo de abordagem pedagógica.

Embora a Lei nº 10.639/2003 estabeleça a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, visando resgatar a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira, observa-se que sua implementação ainda ocorre de maneira limitada nas instituições escolares. Nesse cenário, a exclusão da Etnomatemática dos processos formativos torna-se evidente, dificultando que futuros(as) professores(as) incorporem essa perspectiva em suas práticas pedagógicas.

Ao iniciarem análises de questões raciais e de classe presentes em livros didáticos, os(as) acadêmicos(as) identificaram a falta de representações de pessoas negras, pessoas com deficiência e discussões relativas às desigualdades socioeconômicas. Durante a análise de uma atividade específica, um(a) acadêmico(a) associou imediatamente a imagem apresentada à escravidão ao observar a representação de pessoas negras em um poço, revelando como determinadas imagens reproduzem estereótipos históricos racializados.



O racismo estrutural influencia diretamente o desempenho escolar dos(as) estudantes, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades educacionais. Apesar de avaliações e estudos evidenciarem tais disparidades, ainda são insuficientes as ações efetivas para minimizá-las. Conforme afirma Almeida (2019), o racismo fornece “o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”.

Nesse sentido, durante as aulas de Práticas de Ensino II, foi desenvolvida uma atividade com o objetivo de possibilitar aos(às) acadêmicos(as) a compreensão prática do funcionamento do racismo estrutural. Nessa dinâmica, os grupos receberam exercícios matemáticos distintos, porém com níveis desiguais de apoio e recursos para resolução. Ao final do tempo estipulado, enquanto alguns grupos obtiveram êxito, outros sequer conseguiram iniciar a atividade. Após a vivência, explicitou-se que “o racismo estrutural opera de forma semelhante: não depende da intenção individual, mas das condições desiguais historicamente estabelecidas”. A experiência provocou forte impacto emocional entre os(as) participantes, suscitando reflexões fundamentais: Quem é excluído da Matemática? Apenas números e fórmulas importam? A Matemática é, de fato, neutra e igual para todos?

Conclusão

A partir das experiências e reflexões apresentadas neste artigo, podemos concluir que a Matemática não pode ser separada do contexto sociopolítico em que os estudantes estão inseridos, como comumente acontece nas salas de aula de matemática, onde o que importa são somente conteúdos, fórmulas, etc. O silenciamento sobre questões de raça, classe no currículo de Matemática reforça



a falsa ideia de que a mesma é neutra e desvinculada de nossos afetos como sociedade e contribui para a manutenção de estruturas de exclusão.

As atividades desenvolvidas nas disciplinas de Práticas de Ensino II nos mostraram que, quando os estudantes são confrontados com dados reais sobre a concentração de renda no Brasil ou com dinâmicas que camuflam o racismo estrutural, ocorre um processo de sensibilização e despertar crítico. Isso evidencia que o ensino de Matemática possui potencial para ir além do domínio técnico de fórmulas e teoremas (a matemática tradicional), e pode se tornar uma ótima aliada para influenciar uma leitura de mundo capaz de questionar as problemáticas que moldam a sociedade.

Portanto, é importante que nós, enquanto professores de matemática, adotemos em nossas práticas pedagógicas perspectivas que possam lidar com os diversos problemas sociais que acompanham a sociedade e nossos estudantes, contribuindo assim, para o rompimento de currículos eurocêntricos e práticas pedagógicas que ignoram a realidade social. Somente através desse tipo de perspectiva onde colocamos em xeque essas questões é que podemos construir um ambiente ou uma educação matemática que seja, de fato, inclusiva, antirracista, preocupada com as desigualdades e comprometida com o bem-estar de nossos alunos.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Ricos concentram 27% da renda e pagam menos impostos no país.** Disponível em: <[link externo](#)>. Acesso em: 03.Abr.2026.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <[link externo](#)>. Acesso em: 24.Mai.2026.

CARINE, B. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta, 2023.

LIMA, Y. C., FRAGOSO, M. B. & GODOY, E. V. (2023). “**A Matemática não é neutra, é masculina**”: percepções de licenciandas em Matemática sobre gênero. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática - Boletim GEPEM , (83), 138 - 154.

MORIYA, N. M. S. **Desigualdade econômica e educação matemática: uma leitura plausível de significados e afetos de licenciandos em matemática.** 2024. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Instituto de Matemática, Campo Grande, 2024.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia.** Campinas: Papirus, 2001.